

ECONOMIA SOLIDÁRIA E COMERCIALIZAÇÃO INSTITUCIONAL:

O caso da UAC no município de Valente-Bahia

Edivânia Ferreira¹

Paulo Simões²

SUMÁRIO: • 1 Introdução; • 2 Economia Solidária; • 3 Metodologia; • 4 A comercialização dos EES por meio da união das associações comunitárias do município de Valente (UAC); • 5 Análise dos dados da comercialização dos EES; • 6 Considerações finais; • 7 Referências.

RESUMO: Valente é marcada pela existência de diversos Empreendimentos de Economia Solidária (EES), alguns deles conseguiram realizar comercialização institucional mesmo sem estarem constituídos formalmente. Esta pesquisa busca identificar as principais contribuições do PNAE para a comercialização dos EES no município de Valente. Adotou-se uma abordagem qualitativa, através de um estudo de caso com levantamento de dados por meio de entrevistas, documentação direta e observação. Conclui-se que os EES que não possuem natureza jurídica conseguem comercializar seus produtos utilizando a União das Associações Comunitárias do Município de Valente (UAC) como intermediária. Pode-se perceber que para os participantes dos EES a UAC possibilita o crescimento econômico dos mesmos através do apoio concedido. Além do fortalecimento da Economia Solidária, o PNAE contribuiu para o aumento da produção dos EES, entretanto ainda permanece o desafio de assegurar que a prefeitura mantenha ou eleve o percentual de compra que está em torno de cinquenta por cento.

Palavras Chaves: Economia solidária; PNAE; Comercialização institucional; EES.

1 Universidade do Estado da Bahia (UNEB Campus XI)

2 Universidade Federal de Alagoas (UFAL Campus Arapiraca)

SOLIDARITY ECONOMY AND INSTITUTIONAL COMMERCIALIZATION:

the case of UAC in the municipality of Valente-Bahia

CONTENTS: • 1 Introduction; • 2 Solidarity Economy • 3. Methodology • 4. The commercialization of the ESS through the union of the community associations of the municipality of Valente (UCA) • 5. Analysis of SEE commercialization data • 6. Final considerations • 7 References.

ABSTRACT: Valente is marked by the existence of many Solidarity Economy Enterprises (SEE), some of them have achieved institutional commercialization even without being formally constituted. This research aims to identify the main contributions of PNAE for the commercialization of SEE in the municipality of Valente. It has been adopted a qualitative approach, through a case study with data collection through interviews, direct documentation and observation. It is concluded that the SEE do not have legal status can commercialize their products using the Community Associations Union of the Municipality of Valente (CAU) as intermediary. It can be seen that for the participants of the SEE the CAU enables economic growth of both through the support provided. Besides the strengthening of the Solidarity Economy, PNAE contributed to increase of the production of the SEE, however still remains the challenge of ensuring that the city hall keep or raise the purchase percentage which is around fifty percent.

KEYWORDS: Solidarity economy; PNAE; Institutional commercialization; SEE.

ECONOMÍA SOLIDARIA Y COMERCIALIZACIÓN INSTITUCIONAL:

el caso de la UAC en el municipio de Valente-Bahía

CONTENIDO: • 1 Introducción • 2 Economía Solidaria • 3. Metodología • 4. La comercialización dos EES por medio de la unión de las asociaciones comunitarias del municipio de Valente (UAC) • 5. Análisis de los datos de la comercialización de los EES • 6. Consideraciones finales • 7 Referencias.

RESUMEN: Valente está marcada por la existencia de diversos Emprendimientos de Economía Solidaria (EES), algunos de ellos lograron realizar la comercialización institucional, incluso sin estar formados formalmente. Esta investigación busca identificar las principales contribuciones del Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE) para la comercialización de los EES en el municipio de Valente. Se adoptó por un enfoque cualitativo, a través de un estudio de caso con levantamiento de datos por medio de entrevistas, documentación directa y observación. Se concluye que los EES que no poseen naturaleza jurídica logran comercializar sus productos utilizando la Unión de las Asociaciones Comunitarias del Municipio de Valente (UAC) como intermediaria. Se puede percibir que, para los participantes de los EES, la UAC posibilita el crecimiento económico de los mismos a través del apoyo concedido. Además del fortalecimiento de la Economía Solidaria, el PNAE contribuyó al aumento de la producción de los EES, sin embargo, sigue siendo el desafío de asegurar que el ayuntamiento mantenga o eleve el porcentaje de compra que está en torno al cincuenta por ciento.

PALABRAS CLAVE: *Economía solidaria; PNAE; Comercialización institucional; EES.*

1. Introdução

A região sisaleira, na qual o município de Valente está inserido é conhecida como a região do sisal, esta, fortemente marcada pelo clima semiárido, por isso a região busca alternativas para conviver com a seca. O município se destaca pelas experiências no associativismo, pelas iniciativas como a APAEB, pelo Movimento de Trabalhadores Rurais e seu Sindicato, pela Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais da Região do Sisal (FATRES) e pelos indicadores de fortalecimento da sociedade civil para conceber alternativas que apontam para um desenvolvimento mais justo (TEIXEIRA, 2001).

Esse contexto faz de Valente um local propício ao surgimento de organizações e Empreendimentos da Economia Solidária (EES) que desenvolvem atividades embasadas nos princípios da solidariedade. Destaca-se a comercialização institucional como uma forma de incentivar e manter esses grupos ativos através de políticas públicas.

Considera-se, deste modo, a temática relevante porque altera a dinâmica do consumo, transferindo recursos públicos para a agricultura familiar por conta de priorizar os fornecedores locais na comercialização institucional para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Há uma contribuição direta na geração de trabalho e renda para os EES e, conseqüentemente, o fortalecimento da agricultura familiar. Entende-se ainda que a inclusão dos EES na comercialização institucional local desempenha seu papel social ao integrar pessoas que não possuem emprego e/ou renda familiar suficiente nesses grupos.

A economia solidária, entendida como uma alternativa à crise do trabalho está embasada pela igualdade e solidariedade, pois os participantes das experiências dessa natureza não visam apenas ao interesse próprio, mas ao bem coletivo. O poder público municipal pode utilizar o PNAE também como uma forma para incentivar os EES ligados à Agricultura Familiar, ainda que para isso os EES, como no caso do município de Valente, se associem a uma outra organização para realizar a comercialização coletiva para o PNAE pois, na sua maioria, não possuem natureza jurídica. Nesse sentido, é necessário promover estudos que analisem as repercussões da comercialização institucional nos EES ligados à agricultura familiar no intuito de demonstrar a importância da política pública de alimentação escolar do ponto de vista da economia solidária.

Assim sendo, o objetivo deste trabalho é identificar quais as principais contribuições do Programa Nacional de Alimentação Escolar para a comercialização dos Empreendimentos de Economia Solidária que não possuem natureza jurídica no município de Valente, e tem como problema de pesquisa: “Quais as principais contribuições do Programa

Nacional de Alimentação Escolar – (PNAE) para a comercialização dos Empreendimentos de Economia Solidária no município de Valente?’. O presente artigo está estruturado em cinco seções. Primeira seção aqui apresentada e denominada de introdução, busca apresentar uma visão geral dos aspectos delineadores da pesquisa; a segunda aborda todo o referencial teórico sobre economia solidária e comercialização institucional; a terceira apresenta a metodologia; na quarta é feito um estudo acerca da comercialização institucional e da UAC; a análise dos dados coletados na pesquisa de campo é abordada na seção cinco; e as considerações finais são realizadas na sexta seção.

2. Economia Solidária

A expressão Economia Solidária surgiu na Europa no início do século XIX com o cooperativismo auto gestor, alicerçada nos princípios de igualdade, solidariedade e democracia (SOUZA, CUNHA e DAKUZAKU 2003). Ao identificar o período no qual surgiu a Economia Solidária percebe-se que os problemas enfrentados após a Segunda Guerra Mundial propiciaram a criação desse novo modo de produção. Desse modo, para França Filho (2013) a Economia Solidária surge no continente Europeu devido à escassez do trabalho que gerou a crise do emprego e da integração, reflexo do modo assalariado após a Segunda Guerra Mundial.

A Economia Solidária chega ao Brasil no século XX através de imigrantes europeus, num período marcado pela entrada do mercado internacional no país e sérios problemas de desemprego acentuando a exclusão social (SINGER, 2002). Ao longo do tempo o novo modo de produção veio recebendo fomento de ONGs, Sindicatos, Universidades, Entidades Religiosas e dos governos Federal e estaduais, tornando-se um meio de amenizar a pobreza e de inclusão social.

No que tange à evolução da Economia Solidária no Brasil, França Filho (2012) acredita que no país ela está em estruturação, no entanto, existe uma diversidade de experiências tais como: cooperativas de crédito solidário; bancos comunitários de desenvolvimento (BCDs); os sistemas de trocas locais, conhecidos como “clubes de trocas”; cooperativas, designando o “cooperativismo popular” (estas são em maior número); e associações que, desenvolvem simultaneamente a produção, a prestação de serviços, o sistema de trocas, a finança solidária, etc. (FRANÇA FILHO, 2012). Para o autor, embora a evolução da Economia Solidária no Brasil não possua ainda uma amplitude a ser comparada com países como a Argentina, por exemplo, já existem uma variedade dessas iniciativas que envolvem milhões de pessoas.

Mediante as altas taxas de desemprego, desencadeado do modo de produção capitalista, a Economia Solidária surge com uma nova perspectiva onde o lucro não é o objetivo, mas, a produção compartilhada regida por princípios solidários, tendo em vista a sobrevivência mútua. Assim para Laville e Gaiger (2009)

[...] a Economia Solidária é um conceito amplamente utilizado em vários continentes, com acepções variadas que giram ao redor da ideia de solidariedade, em contraste com o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento econômico predominante nas sociedades de mercado. (LAVILLE E GAIGER, 2009, p.162)

Entende-se que a Economia Solidária em estudo é uma nova forma de empreender que proporciona não só a sobrevivência dos excluídos do mercado, mas também a igualdade entre os participantes dos grupos, uma vez que, a autogestão e a divisão dos bens produzidos são feitos de forma igualitária e solidária. Corroborando com esse pensamento Singer relata que

[...] a Economia Solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade. (SINGER, 2002, p. 10)

Para Laville e Gaiger (2009), “[...] a solidariedade é promovida entre os membros dessas iniciativas, que estabelecem entre si um vínculo social de reciprocidade como fundamento de suas relações de cooperação [...]” (LAVILLE e GAIGER, 2009, p.162). No que tange à solidariedade e ao novo modo de produção inseridos nessas iniciativas Gaiger (2009) relata que “[...] as práticas características de tais empreendimentos inscrevem-se em uma nova racionalidade produtiva, na qual o solidarismo converte-se em sustentáculo dos empreendimentos, ao gerar resultados materiais efetivos e ganhos extra-econômicos [...]” (GAIGER, 2009, p.181).

Acerca da temática, França Filho (2013) traz uma nova abordagem onde o mesmo descreve a Economia Solidária como um modo de gestão pública, devido às ações dos empreendimentos solidários terem finalidade pública. Nesse sentido ele afirma que:

O caráter público da ação organizacional diz respeito ao fato dos empreendimentos buscarem, em última instância, a solução de problemas reais que afetam a vida das pessoas na organização ou em torno dela. Esses problemas podem envolver questões ambientais ou a própria condição de vida social, relacionando-se a questões como moradia, educação, acesso a renda etc. (FRANÇA FILHO, 2013, p. 459-460)

2.1 Comercialização Institucional para o PNAE

A comercialização institucional é um instrumento que permite a inclusão de empreendimentos informais no mercado a partir de políticas públicas estatais que priorizam a compra de produtos desses empreendimentos para programas como o Programa de Aquisição

Alimentar PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE. Deste modo, este mercado é visto como uma oportunidade para os EES, bem como, os agricultores familiares venderem seus produtos.

Para Costa et al (2015 p.117) “[...] o PNAE se apresenta como oportunidade de comercialização. Entretanto, são diversos os desafios no dia-a-dia dos agricultores familiares e suas organizações na busca por acesso a este mercado”. A informalidade é um dos problemas enfrentados pelos agricultores familiares e pelos EES, assim surge organizações mediadoras que dão condições para que esses grupos comercializem seus produtos nesse mercado.

No caso em estudo, a comercialização se dá no âmbito da política pública de alimentação escolar. Dentre os programas de políticas públicas que desenvolvem atividades visando solucionar problemas sociais e que influenciam direta ou indiretamente na vida dos cidadãos, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) desenvolvido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), está presente em todos estados e no Distrito Federal. Segundo o FNDE (2012) o PNAE é considerado mundialmente um sucesso como um programa de alimentação escolar sustentável.

De acordo com o FNDE (2012) o programa originou-se no início da década de quarenta, porém não obteve sucesso devido à indisponibilidade de recursos financeiros. Na década de cinquenta é feito o primeiro programa de merenda escolar, o Plano Nacional de Alimentação em âmbito nacional ministrado pelo poder público. Desde então, surgiram diversos programas com nomenclaturas distintas voltadas para o atendimento e regulamentação da merenda escolar e no ano de 1979 a Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) passou a denominar-se Programa Nacional de Alimentação Escolar. O PNAE teve sua história marcada, inicialmente, pela escassez de recursos. No entanto, devido à sua finalidade extremamente relevante e à exigência da Constituição Federal em 1988, que assegurava o direito à alimentação escolar a todos os alunos, o programa consolidou-se com o passar do tempo.

No que diz respeito ao gerenciamento de recursos destinados ao programa desde a sua criação até 1993, se deu de forma centralizada, ou seja, todo o processo desde o planejamento do cardápio até a distribuição dos alimentos em todo território nacional era responsabilidade de um único órgão gerenciador. A descentralização dos recursos se deu em 1994, por meio da Lei nº 8.913 de 12/7/94, ao firmar convênios com os municípios e as Secretarias de Educação dos estados e do Distrito Federal (FNDE, 2012).

O PNAE visa ao fornecimento da merenda escolar de forma saudável e que atenda às necessidades nutricionais dos alunos com qualidade. Além do caráter suplementar

previsto na Constituição Federal o programa desenvolve papel fomentador do desenvolvimento local bem como do mercado institucional, visto que, a Lei nº 11.947, de 16/6/2009 prevê que, no mínimo, 30% dos recursos destinados ao PNAE sejam investidos na compra de produtos da agricultura familiar do município. Nesse sentido o FNDE no manual de Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar discorre que

A compra institucional da agricultura familiar é, assim, parte de um processo que reconhece a necessidade de se pensar em uma forma de produção de alimentos que atenda às demandas nutricionais da população e garanta a evolução social e econômica dos agricultores familiares, a partir de formas alternativas de produção e comercialização de alimentos. (FNDE, 2015, p. 5)

Essa evolução social e econômica que o FNDE trata é uma contribuição que pode ser dada pela Lei nº 11.947. Segundo Reinach et al (2012, p. 2), a lei fez com que o custo mais baixo deixasse de ser o parâmetro para a compra institucional uma vez que a prioridade passou a ser o desenvolvimento dos fornecedores. A lei tem como desafio principal

[...] promover a aproximação da oferta e da demanda, a fim de que haja a venda da produção dos empreendimentos da agricultura familiar para o fornecimento aos programas de alimentação escolar mantidos e operados por municípios e também para a rede estadual localizada nesses municípios. (REINACH et al 2012, p. 2)

Ainda no que diz respeito ao papel do PNAE como política pública que fomenta a alimentação escolar e incentiva o desenvolvimento local ao inserir empreendimentos da Agricultura Familiar no mercado institucional, Ciro e Freitas argumentam que

A política pública de alimentação escolar visa atender as condições de caráter nutricional e da qualidade dos alimentos destinados aos alunos da rede pública de ensino infantil e fundamental. Com isso, o programa se caracteriza pela função de fomentar a segurança alimentar, mas também o desenvolvimento local a partir da criação e expansão de um mercado institucional com capacidade para absorver volume considerável de produtos oriundos dos agricultores familiares. (CIRO e FREITAS, 2014, p.1)

2.2 Empreendimentos de Economia Solidária (EES)

Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) são organizações econômicas oriundas de associações de trabalhadores, os quais têm como base, princípios cooperativistas. Os mesmos existem em diversos ramos de atividades, tais como; produção, prestação de serviço, comercialização e crédito, Gaiger (2009).

França Filho e Laville (2004) mencionam cinco critérios que definem os empreendimentos solidários, tais como: 1) pluralidade de princípios econômicos, que refere-se às fontes de recursos que podem ser oriundas de instituições governamentais, não governamentais e de práticas voluntárias, doações e trocas; 2) autonomia institucional, significa

que os empreendimentos devem possuir independência e autogestão, o que não impede parcerias com outras instituições; 3) democratização dos processos decisórios, pois a decisão deve ser coletiva com a participação de todos os membros do empreendimento; 4) sociedade comunitário-pública, este critério dá ênfase ao desenvolvimento de uma sociabilidade singular, valorizando as relações comunitárias tendo como embasamento o princípio da alteridade; e 5) finalidade multidimensional, supõe que além da dimensão econômica devem existir dimensões sociais, culturais, ecológicas e políticas, assim sendo, as ações do empreendimento devem ser de caráter político e social beneficiando também o entorno do grupo. (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004)

Desse modo os empreendimentos solidários assumem um papel de relevância social e política ao beneficiar de forma consistente não apenas o grupo, mas o entorno do mesmo. Gaiger (2009) também relata sobre a finalidade multidimensional dos empreendimentos solidários. Para o autor,

uma qualidade importante dos empreendimentos solidários reside em seu caráter multifuncional, bem como em sua vocação a atuar simultaneamente nas esferas econômica, social e política e a agir concretamente no campo econômico ao mesmo tempo em que interpelam as estruturas dominantes. (GAIGER, 2009, p.183)

No contexto dos EES pertencentes ao município de Valente, os mesmos comercializam seus produtos através de um coletivo com sede própria no município. Eles realizam trocas entre si em feiras realizadas anualmente, e vendem seus produtos à Prefeitura Municipal através da União de Associações Comunitárias (UAC) para programas de Políticas Públicas como: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

3. Metodologia

O trabalho teve como foco estudar a União das Associações Comunitárias do Município de Valente (UAC) no que diz respeito a intermediação entre os empreendimentos de economia solidária (EES) locais que não possuem natureza jurídica e a Prefeitura Municipal de Valente na comercialização institucional para o PNAE. O problema de pesquisa que orientou esta investigação foi “Quais as principais contribuições do Programa Nacional de Alimentação Escolar – (PNAE) para a comercialização dos Empreendimentos de Economia Solidária no município de Valente?”.

Esta pesquisa tem abordagem qualitativa, aquela em que “[...] o pesquisador vai a campo buscando captar o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele

envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes” (GODOY, 1995, p.21). Para Marconi e Lakatos (2011) essa metodologia permite a descrição e a análise mais detalhada a respeito do fenômeno investigado, desse modo, a abordagem qualitativa foi identificada como a mais pertinente para alcançar os objetivos do trabalho.

Esta pesquisa se classifica como do tipo descritiva, pois “[...] procura analisar fatos e/ou fenômenos, fazendo uma descrição detalhada da forma como se apresentam esses fatos e fenômenos, ou, mais precisamente, é uma análise em profundidade da realidade pesquisada” (OLIVEIRA, 2014, p. 68). O método adotado foi o estudo de caso que é comum no campo da Administração e indicado para “quando há pouca possibilidade de controle sobre os eventos estudados e quando o foco de interesse é sobre fenômenos atuais, que só poderão ser analisados dentro de algum contexto de vida real” (GODOY, 1995, p. 26). Godoy (1995) indica o estudo de caso com um dos métodos de realização de pesquisa qualitativa em Administração. O estudo de caso é considerado, também um “levantamento com mais profundidade de determinado caso ou grupo humano” (MARCONI e LAKATOS, 2011, p. 274).

O levantamento de dados foi realizado por meio de três técnicas. Primeiramente, foi feita uma consulta à documentação direta, que “constitui-se, em geral, no levantamento de dados no próprio local onde os fenômenos ocorrem” (MARCONI e LAKATOS, 2005, p. 186). Depois de conhecer os documentos, foram feitas visitas para observação, que “é uma técnica de coleta dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade” e que “não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar” (MARCONI e LAKATOS, 2005, p. 190).

A partir da leitura dos documentos e da observação foi montado um roteiro para realização de entrevistas. Segundo Marconi e Lakatos (2011, p. 279), a entrevista tem o objetivo de “[...] compreender as perspectivas e experiências dos entrevistados [...]”. A análise dos dados foi feita de modo a identificar elementos a partir dos documentos, dos depoimentos e da observação que possibilitassem captar a percepção dos EES sobre as contribuições do PNAE para a comercialização de seus produtos.

4. A Comercialização dos EES por meio da União das Associações Comunitárias do município de Valente (UAC)

Localizado no nordeste do estado da Bahia, no chamado território do sisal, o município de Valente tem 27.162 habitantes (IBGE, 2013). Possui como principais fontes de economia a cultura do sisal, o comércio local, a prefeitura, uma indústria calçadista e a Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB). A convivência com o clima semiárido, fortemente marcado por períodos de estiagem, dificulta a sobrevivência no município, pois a seca influencia negativamente nos resultados da agricultura familiar e as fontes de renda existentes não suprem as necessidades de toda a sociedade.

O município de Valente, conhecido como a capital mundial do sisal, devido ao destaque do cultivo do agave sisalana, é referência por sua dinâmica associativa, sendo reconhecido mundialmente. Isso se dá especialmente após o surgimento da APAEB na cidade, que por sua vez tornou-se um exemplo de sucesso como organização que tem suas finalidades e objetivos embasados pelos princípios cooperativistas.

A Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB), desenvolve um papel bastante relevante, contribuindo direta e indiretamente para o desenvolvimento econômico e sociocultural do município, uma vez que, a associação além de buscar soluções para que a sociedade tenha condições de conviver em meio as dificuldades encontradas no clima semiárido, a mesma vem ao longo da sua existência desenvolvendo programas educacionais e socioculturais. Para Santos (2014) a APAEB surge com o objetivo de

[...] proporcionar melhorias nas condições econômicas, sociais e políticas, ofertando novas alternativas de produção e comercialização dos produtos agrícolas, além de possibilitar uma melhor convivência do agricultor com o agônico clima semiárido e, conseqüentemente, a permanência do sertanejo em sua região com condições de sobrevivência mais brandas. (SANTOS, 2014 p.206-207)

Diante dessa realidade surgem cooperativas de consumo e crédito Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Nordeste e Centro Sul da Bahia (SICOOB COOPERE) e uma quantidade considerável de empreendimentos econômicos solidários, nos quais pequenos grupos de mulheres de comunidades distintas pertencentes ao município se reúnem para produzir bens de consumo e manufaturados que são produzidos e comercializados segundo as condicionantes da economia solidária.

4.1 A União Das Associações Comunitárias Do Município De Valente (UAC)

A UAC é uma associação de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, constituída em 1998, projetada por funcionários do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Valente e pessoas afins às lutas por causas sociais. A Associação é uma

entidade sem fins lucrativos, com sede na Rua Duque de Caxias, número 28, Centro, Cidade de Valente, Estado da Bahia.

A União das Associações Comunitárias do Município de Valente, tem como objetivos: articular e organizar as associações Comunitárias, na perspectiva de geração de trabalho e renda, favorecendo a permanência das famílias no campo e a transformação de sua realidade consequentemente evitando o êxodo rural e migração plena; celebrar convênios com organizações e entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras para garantir o seu bom funcionamento; promover atividades com finalidades de relevância pública e social; assessorar e subsidiar as associações com instituições e informações técnicas que levam ao desenvolvimento das comunidades de suas famílias.

Pensando nas comunidades do município e no desenvolvimento local a UAC pretende: promover e valorizar as iniciativas culturais originárias das comunidades e do município; adquirir, construir ou alugar imóveis para suas instalações administrativas e tecnológicas, de produção e de armazenamento; desenvolver atividades econômicas, que fundamente o desenvolvimento local através de implantações de projetos e programas de pequenos industriais e empreendimentos coletivos e individuais que garanta aumento de renda das famílias nas comunidades rurais e periferias urbanas e cidades circunvizinhas.

Faz parte dos objetivos e finalidades da UAC ainda: comercializar produtos agrícolas produzidos pela agricultura familiar como sejam verduras, hortaliças e etc.; comercializar frutas, polpas de frutas dos sócios das associações filiadas à entidade; comercializar de forma varejista bolos sequilhos, oriundos da produção dos agricultores familiares; filiar-se a outras entidades congêneres; desenvolver a cidadania, através da criação, implantação e funcionamento de meios de divulgação, cursos, palestras, visando levar aos associados e moradores informações; e comercializar os produtos da agricultura produzidos pelos seus sócios.

A associação ficou inativa durante dez anos após ser fundada, devido aos conflitos, principalmente políticos, entre os fundadores. Em 2008 a UAC foi reativada, porém havia dificuldades em celebrar convênio com entidades públicas, entre tais, a Prefeitura Municipal de Valente, por conta das divergências políticas entre o governo do período e a gestão da associação.

Em 2013, com a posse de uma nova gestão, foi celebrado convênio com o governo municipal. Desde então, a associação passou a desenvolver atividades que antes não eram possíveis, um exemplo é a comercialização institucional, onde a organização, tem conseguido através do processo licitatório vender produtos fornecidos pelo EES para programas

de políticas públicas como o PNAE.

O quadro societário da UAC é composto por trinta e sete associações da zona rural e urbana do município de Valente. A partir dessas associações foram criados quinze grupos de produção onde esses empreendimentos produzem diversos alimentos que são vendidos para a UAC, que repassa para a Prefeitura Municipal de Valente (PMV), para programas de políticas públicas como o PNAE e o PAA.

5. Análise dos dados da Comercialização dos EES

De acordo com os dados coletados na Prefeitura Municipal de Valente por intermédio da diretora de merenda escolar, o município começou a receber recursos destinados ao PNAE em 2001. Em cumprimento a lei Lei nº 11.947, de 16/6/2009 que exige, no mínimo, a compra de 30% de produtos provenientes da agricultura familiar, bem como dos EES, para o PNAE no município, se dá através da chamada pública, a partir da qual ocorre o processo licitatório.

Atualmente os empreendimentos que fornecem esses produtos para atender aos programas de políticas públicas, tal como o PNAE, são: a UAC e a APAEB Laticínios. Os produtos que a UAC fornece para a prefeitura são provenientes dos EES e da agricultura familiar local. A indisponibilidade de dados da gestão anterior resultou na análise a partir do ano de 2013. Nos últimos anos foi comprado acima do percentual que é imposto por lei dos recursos destinados ao PNAE da Agricultura Familiar, a comercialização, cujos montantes estão apresentados na tabela 1, ocorre através da Secretaria Municipal de Educação.

Tabela 1 - Recursos para o PNAE no município de Valente (2013-2015)

Ano	Recursos totais	Agricultura Familiar	(%)
2013	R\$ 357.820,00	R\$ 115.472,64	32,27
2014	R\$ 392.480,00	R\$ 220.041,97	56,06
2015	R\$ 373.160,00	R\$ 184.885,90	49,54

Fonte: elaboração própria (2016)

Embora a PMV receba recursos para o PNAE desde 2001, só foi possível acesso aos dados dos últimos três anos pois, segundo a atual gestão, não existem registros anteriores, bem como documentos comprobatórios. Nos anos destacados na tabela 1, as compras da agricultura familiar pela Secretaria de Educação ultrapassaram, em todos os anos, o percentual mínimo exigido por lei. Há um destaque para o ano de 2014, cuja comercialização

alcançou o equivalente a 56,06% dos recursos totais destinados ao PNAE.

Obteve-se informações, no que diz respeito ao papel e funcionamento da UAC, por meio de entrevista com Gilmário dos Santos Reis, ex-coordenador no processo de criação da organização que, atualmente, faz parte do Conselho Administrativo. Segundo o entrevistado, a UAC surgiu a partir de organizações como Sindicato dos Trabalhadores Rurais, APAEB e do Movimento de Organização Comunitária (MOC), com o objetivo de atender às necessidades das associações do município, as quais eram carentes de orientações e apoio.

Desse modo a UAC tornou-se uma organização que busca melhorias para as associações locais por meio de projetos. A partir da união das associações foi possível obter mais apoio, fortalecendo os EES que já existiam e ainda motivar a criação de novos grupos. Em 2015 já havia dezessete empreendimentos fornecendo para o PNAE através da UAC, todos da zona rural, pertencentes às seguintes comunidades: Papagaio, Cabrochard, Poço, Sossego, Tanquinho, Santa Rita de Cássia, Alagadiço, Barriguda, Raposa Velha, Cipó de Leite, Queimada do Curral e Valilândia. De todos estes grupos, em 2016, apenas dez estavam produzindo, dentre os quais, três possuíam Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) enquanto os outros sete não possuíam formalização jurídica.

Ao ser questionado em relação à importância do papel da UAC na inclusão dos EES na comercialização institucional o entrevistado respondeu que

[...] o papel da UAC é muito importante nesse processo porque antes a gente não tinha uma entidade para organizar e hoje nós temos. Além dos produtos da agricultura familiar a UAC trabalha com outros projetos, e temos também a capacitação para os grupos junto com a vigilância sanitária e a nutricionista. (Informação Verbal³).

Para o entrevistado, através dos cursos de capacitação, a UAC além de ensinar a produzir com sabor e qualidade, que é uma exigência de nutricionistas que fiscalizam os alimentos destinados a merenda escolar, também busca a criação de novas receitas, processo que, em sua visão proporciona crescimento econômico para os EES. Em depoimento o entrevistado ressalta ainda que nem sempre os grupos conseguem atender à demanda para o PNAE, uma vez que o valor destinado aos grupos através da licitação é alto e exige uma variedade e quantidade de produtos que os EES não possuíam capacidade de suprir.

Quanto ao montante das receitas provenientes dos produtos comercializados anualmente entre a UAC e a PMV e o destino dos mesmos, constatou-se que os valores variaram nesses três anos: R\$ 250.000,00 no ano de 2013; R\$ 300.000,00 no ano 2014; e R\$ 280.000,00 no ano 2015, somando-se as vendas para o PNAE e também para o PAA. Esses valores revelam

³ Entrevista concedida por Gilmário dos Santos Reis em 2016

que houve uma movimentação de, no mínimo, R\$ 20.000,00 mensais nos EES do município. Quanto ao destino, cerca de 10% do valor dos produtos comercializados pelos EES ficou retido na UAC para custear as despesas da organização, tais como: visitas diárias aos EES, embalagens dos produtos, transporte dos produtos, pagamento aos coordenadores da UAC, etc.

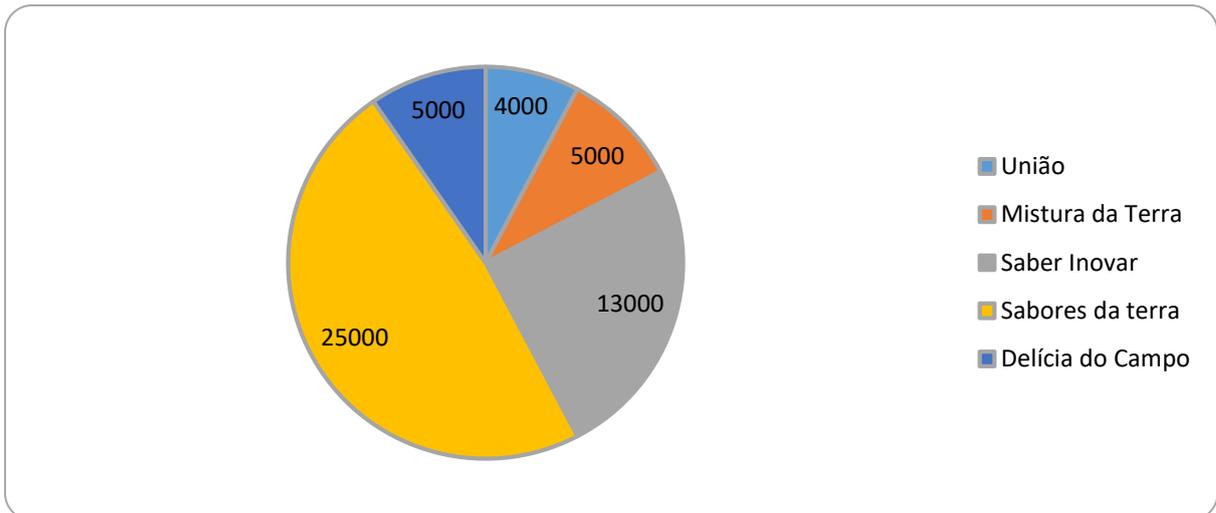
Além de entrevista com o representante da UAC, foram entrevistados cinco dos sete grupos ativos que não possuem personalidade jurídica, sendo os questionamentos direcionados aos líderes de cada grupo, são eles: Sabores da Terra, representado pela empreendedora Eliete Oliveira dos Santos; Saber Inovar, representado pela empreendedora Jéssica de Lima Souza; Delícia do Campo, representado pela empreendedora Irani Lima de Oliveira; Mistura da Terra, representado pela empreendedora e presidente da associação local Marizete Lopes dos Santos Pereira; e o grupo União representado pela empreendedora Maria Elza Cunha Santiago.

Percebeu-se nas entrevistas que as respostas aos questionamentos, em seu teor, foram bastante similares. Dos cinco grupos entrevistados, quatro existem há mais de seis anos e começaram a vender para o PNAE a partir de 2013 porque a UAC viabilizou um processo que antes os EES isolados não davam conta de realizar, dadas as exigências da legislação que regulamente o PNAE.

Os EES fornecem diversos produtos para o PNAE, tais quais: beiju, sequilhos, polpa de frutas, licuri⁴, queijadinha, biscoito de goma, biscoito de licuri, pão de queijo, tempero completo, bolos e hortaliças em geral. Quanto ao valor total da comercialização por cada um dos EES estudados, observou-se um montante de R\$ 52.000,00 em 2015, conforme o gráfico 1.

Gráfico 1 - Comercialização por cada EES no ano de 2015 (em R\$)

⁴ *Syagrus coronata*, conhecido como alicuri, aricuí, adicuri, cabeçudo, coqueiro-aracuri, coqueiro-dicuri, iricuri, oricuri, ouricurizeiro, uricuri e uricuriba. Informação do site [Cerratinga](#), que é uma iniciativa do [Instituto Sociedade, População e Natureza \(ISPN\)](#).



Fonte: elaboração própria (2016)

Ao serem questionadas sobre a possibilidade de haver dificuldades nas transações com a UAC, foram unânimes as respostas de forma positiva. Foi mencionado como única dificuldade o transporte dos produtos até a sede da organização, uma vez que os empreendimentos não possuem veículos próprios. A despeito das dificuldades, foi ressaltada a importância da existência da entidade para os EES, conforme pode-se observar pelo depoimento de uma entrevistada:

[...] a instituição para a gente hoje faz muita diferença, o apoio que a gente tem fornecido pela UAC ajuda no desenvolvimento dos grupos e dos agricultores em geral, e principalmente na qualidade dos alimentos que são fornecidos para os alunos. A contribuição é ter uma perspectiva e faz com a gente cresça individualmente e coletivamente. (Informação Verbal⁵).

A entrevistada que representa o EES Sabores da Terra confere uma importância ao trabalho com a UAC e chega a afirmar que na “[...] comunidade não tinha geração de renda nenhuma [...]”. Ela ressaltava ainda que, além da relevância econômica da comercialização e do grupo em si, existe o papel social, quando afirma “nosso grupo acolheu duas pessoas que tinham depressão e que hoje são empreendedoras do grupo, e que hoje não tem mais esse problema, a gente fica muito feliz” (Informação Verbal⁶).

Pelas entrevistas se torna explícita a satisfação dos grupos em relação à comercialização para o PNAE através da UAC, de acordo com os entrevistados, além do aparato oferecido pela organização, há redução de responsabilidades e de custos. Os EES podem ainda, por meio da UAC, emitir notas fiscais, obter capacitação de todos os componentes dos empreendimentos e alcançar a quantidade necessária de produtos para possibilitar a entrega à

⁵ Entrevista concedida por Jéssica de Lima Souza em 2016.

⁶ Entrevista concedida por Eliete Oliveira dos Santos em 2016.

Secretaria Municipal de Educação. Assim sendo, para os EES, o valor que fica na UAC torna-se justo pela quantidade de vantagens obtidas para o conjunto dos EES.

Pode-se perceber através dos depoimentos que, embora haja um custo para os EES (10% do valor dos produtos comercializados), a comercialização para o PNAE intermediada pela UAC, significa muito para os trabalhadores. O resultado da comercialização tem sido importante, pois torna-se uma renda extra para algumas mulheres e para suas famílias. Para outras significam a renda familiar, visto que, o trabalho nos empreendimentos se tornou a única ocupação, chegando a substituir o trabalho doméstico de muitas mulheres.

6 Considerações Finais

Constatou-se que a compra de produtos dos EES da agricultura familiar, apesar de estar garantida pela Lei nº. 11.947/2009, pode ter seu efeito mais positivo quando a gestão pública municipal decide priorizar este segmento, aumentando a possibilidade de comercialização dos produtos, como no caso de Valente que chegou a ultrapassar o percentual legal em mais de 20%.

Mesmo tendo necessidade de compra dos produtos da agricultura familiar pela prefeitura, foi preciso que os EES de Valente montassem uma estratégia para conseguir alcançar a quantidade produzida e atender aos requisitos de contratação. Nesse sentido, a pesquisa mostra que a intermediação da UAC foi determinante para que o município obtivesse o destaque em relação ao percentual adquirido dos produtores da economia solidária. Pelo lado dos EES, a compra do município pelo PNAE deu segurança aos EES e estimulou os mesmos a continuidade e aumento da produção.

Conclui-se que uma contribuição fundamental do PNAE em Valente foi possibilitar o associativismo e a cooperação, que levou à reativação da UAC, que se tornou uma rede de EES que atuam em conjunto para operacionalizar a comercialização institucional que tem possibilitado a geração de trabalho e renda. Percebe-se que existe também o desafio ainda dos EES influenciarem o poder público local de forma mais intensa, com vistas a garantir que o gestor público municipal, independente da filiação partidária, assegure a compra da agricultura familiar de forma que se qualifique cada vez mais a atuação do programa e a organização social do município.

Quanto à relevância social da comercialização para o PNAE, ela é constatada nos depoimentos e, até mesmo, por meio da observação da reação dos entrevistados diante dos questionamentos. Ao aumentar a produção dos grupos, surge a necessidade de integrar novos

trabalhadores, incluindo pessoas com tempo ocioso, que passavam por algum sofrimento psicológico e que, por conta da inclusão no EES tiveram o processo de recuperação facilitado.

A satisfação, tanto dos membros dos grupos quanto da UAC em relação à comercialização para o PNAE fica clara, tendo em vista que a quantidade de produtos vendidos cresce por conta da demanda da prefeitura. Esse fato revela apoio por parte da gestão pública municipal ao priorizar os grupos, entretanto o que preocupa é a deficiência dos empreendimentos no que diz respeito à capacidade produtiva para responder à crescente demanda, o que requer mais incentivos de organizações como a UAC, de organizações de assessoria e do poder público.

No que se refere aos valores monetários da renda dos membros dos EES, apesar de não haver um quantitativo que mostre o aumento da renda dos agricultores, mas somente as vendas dos grupos e os valores das compras anuais do município, foi constatado pelos entrevistados que o PNAE tem possibilitado uma renda crescente desde 2013.

7. Referências

- BEATRIZ, Marilene Zazula. *Economia Solidária: Os caminhos da autonomia coletiva*. Curitiba: Juruá, 2012. 180 p.
- BRASIL. Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, 16 jun. 2009.
- CIRO, Paulo Marcos dos. FREITAS, Alan Ferreira de. *O programa nacional de alimentação escolar como indutor de processos de desenvolvimento local em Viçosa (MG)*, Minas Gerais, 21 set. 2014. Disponível em: <<https://www2.cead.ufv.br/espacoProdutor/scripts/artigo.php>> Acesso em: 15 ago. 2016.
- COSTA, Bianca Aparecida Lima; JÚNIOR, Paulo Cesar Gomes Amorim; SILVA, Marcio Gomes da. As Cooperativas de Agricultura Familiar e o Mercado de Compras Governamentais em Minas Gerais. *RESR*, Piracicaba-SP, Vol. 53, Nº 01, p. 109-126, Jan/Mar 2015.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. *A Economia Solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- FNDE. *Manual de Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar*. Brasília, 2016, 2ª ed. 60 p. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-material-de-divulgacao/alimentacao-manuais>> Acesso em: 10/04/2016.
- FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/>> Acesso em 22/04/2016.
- GAIGER, Luiz Inácio. Empreendimento Econômico Solidário. In: *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina, 2009.
- GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: *Revista de Administração de Empresas - RAE*, v.35, n.2, mar./abr., 1995, p.57-63.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 22/04/2016.
- LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio. Economia Solidária. In: *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina, 2009.
- LUBISCO, Nídia Maria Lienert., VIEIRA, Sônia Chagas. *Manual de Estilo Acadêmico*. 5ª ed. Salvador: EDUFBA, 2013. 145 p.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311 p.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia Científica*. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 312 p.
- OLIVEIRA, Maria Marly de. *Como fazer Pesquisa Qualitativa*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- REINACH, Sofia; CORÁ, Maria Amelia Jundurian; BONDUKI, Manuel Ruas Pereira Coelho. A Inclusão da Agricultura Familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar. In: ENANPAD, 26., 2012, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos...* Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2012_APB2404.pdf. > Acesso em: 03 out. 2016.
- REIS, Gilmário dos Santos. Gilmário dos Santos Reis: depoimento [11/09/2016]. Entrevistador: Edivânia de Oliveira Ferreira. Bahia, 2016. *Áudio Digital*. Entrevista concedida durante a realização da Pesquisa.
- SANTOS, Ana Virgínia pereira dos. Os movimentos sociais de base no processo de desenvolvimento regional/local: estudo comparativo entre a APAEB (BA) e a COOPFRUT (PA). *Cadernos Gestão Social*, Salvador, jul./dez. 2014. Disponível em <<http://www.cadernosgestaosocial.org.br>> Acesso em: 02 jul. 2016.
- SANTOS, Eliete Oliveira dos. Eliete Oliveira dos Santos: depoimento [07/09/2016]. Entrevistador: Edivânia de Oliveira Ferreira. Bahia, 2016. *Áudio Digital*. Entrevista concedida durante a realização da Pesquisa.
- SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SOUZA, Jéssica de Lima. Jéssica de Lima Souza: depoimento [07/09/2016]. Entrevistador: Edivânia de Oliveira Ferreira. Bahia, 2016. *Áudio Digital*. Entrevista concedida durante a realização da Pesquisa.
- TEIXEIRA, Elinaldo. *O local e o global: limites e desafios da participação cidadã*. 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001. 224 p.
- UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS DO MUNICÍPIO DE VALENTE. *Estatuto Social*.